

**TERCEIRO ADITIVO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA
NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.**

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, (i) NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A., sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Elias Agostinho, 665, sala E-102, Imbetiba, inscrita no CNPJ sob o nº 04.668.779/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”); e (ii) representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”), vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Terceiro Aditivo à Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A. (o “Terceiro Aditivo”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO

Considerando que a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram, em 16 de novembro de 2001, a Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da NovaMarlim Petróleo S.A., a qual foi aditada em 13 de dezembro de 2001 e em 14 de janeiro de 2002 (a “Escritura”);

Considerando que a totalidade dos acionistas da Emissora, em assembléia geral extraordinária realizada em 01 de outubro de 2002, aprovou, de forma unânime, proposta de alteração da Escritura, no sentido de autorizar a conversão facultativa de até metade do total de debêntures, detidas por cada debenturista, em debêntures de nova série, a ser criada;

Considerando que a totalidade dos Debenturistas da 1ª emissão, em assembléia geral realizada em 01 de outubro de 2002, aprovou, também de forma unânime, alterar a Escritura para: (i) permitir, mediante o desdobramento da atual série única em duas séries, a conversão facultativa de até metade do total de debêntures, detidas por cada debenturista, em debêntures de nova série, a ser então criada; (ii) contemplar a criação da 2ª série de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada; e (iii) regular os direitos das debêntures dessa nova série nos termos deste Terceiro Aditivo;

Considerando que na assembléia geral de Debenturistas acima mencionada titulares de 1.378 (um mil, trezentas e setenta e oito) debêntures consignaram interesse na conversão a que alude o item (i) do 2º Considerando, equivalendo, portanto, à possibilidade de conversão de 689 (seiscentas e oitenta e nove) debêntures;

Considerando que os Debenturistas que não se manifestaram favoravelmente ao exercício do direito de conversão renunciaram expressa, irrevogável e irretratavelmente a essa faculdade;

Considerando que a Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) não apresentou objeção à operação desde que a mesma contemple série de procedimentos consubstanciados no OFÍCIO/CVM/SRE/GER-2/Nº 910/2002, de 25 de julho de 2002;

têm as partes entre si justo e acordado celebrar o presente Terceiro Aditivo que se regerá pelas cláusulas a seguir estipuladas:

CLÁUSULA I. INTERPRETAÇÃO

Salvo se de outra forma definido neste Terceiro Aditivo, os termos em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos na Escritura.

CLÁUSULA II. CRIAÇÃO DA NOVA SÉRIE DE DEBÊNTURES

2.1 Deliberações Societárias e dos Debenturistas. Com base nas deliberações tomadas na (i) Assembléia Geral de Acionistas realizada em 01 de outubro de 2002; e (ii) Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 01 de outubro de 2002, a Emissora e o Agente Fiduciário, neste ato, aditam a Escritura para criar uma nova série de debêntures. As debêntures da nova série são denominadas “Debêntures da 2ª Série”, sendo as debêntures da série única original denominadas “Debêntures da 1ª Série”. As Debêntures da 1ª e da 2ª Séries são conjuntamente denominadas “Debêntures”.

2.2 Conversão das Debêntures. As Debêntures da 2ª Série decorrem da opção de conversão de até metade das Debêntures da 1ª Série, por parte de seus respectivos titulares, nos termos das deliberações tomadas na Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 2.1 acima. Os seguintes Debenturistas manifestaram seu interesse na conversão de metade das Debêntures de que são titulares, tendo os demais Debenturistas expressa, irrevogável e irretratavelmente renunciado a tal direito:

DEBENTURISTA	DEBÊNTURES		
	de que são titulares	a serem convertidas (nova 2ª Série)	que não serão convertidas (nova 1ª Série)
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia	520	260	260
Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros	728	364	364
Fundo de Investimento Reims	130	65	65
TOTAL	1.378	689	689

2.3 Retroatividade dos Efeitos da Conversão. Todos os efeitos da conversão das debêntures indicadas no item 2.2 retroagem a 15 de junho de 2002, data de emissão das Debêntures da 2ª Série, observando-se o disposto na Cláusula III deste Terceiro Aditivo.

2.4 Pagamentos devidos na primeira Data de Pagamento da Remuneração. As partes acordam que na data de emissão das Debêntures da 2ª Série todas as Debêntures farão jus à remuneração estipulada nos itens 4.2 e 4.2.1 da Escritura.

2.5 Amortização do Principal. As partes acordam que na data de emissão das Debêntures da 2ª Série não haverá a amortização de principal prevista no item 4.6.1 em relação a esses títulos, que serão amortizados conforme definido neste Terceiro Aditivo, (item 4.6.1(b) da Escritura conforme aditada).

CLÁUSULA III. CARACTERÍSTICAS E DIREITOS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

3.1 Valor Nominal Unitário. Para todos os efeitos o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na data de emissão, 15 de junho de 2002.

3.2 Quantidade de Debêntures. Em virtude da conversão mencionada na Cláusula II, a 2ª Série da Emissão compõe-se de 689 (seiscentas e oitenta e nove) Debêntures da 2ª Série, permanecendo, portanto, a 1ª série, com 1.664 (mil ~~seiscentos~~ e sessenta e quatro) Debêntures da 1ª Série, conforme indicado no quadro abaixo:

1ª EMISSÃO			
ANTES DA CONVERSÃO		DEPOIS DA CONVERSÃO	
Série Única	2.353	1ª Série	1.664
		2ª Série	689
TOTAL	2.353	TOTAL	2.353

3.3 Prazo de Vencimento. O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 84 (oitenta e quatro) meses a contar de 1º de julho de 2002, ou seja, 1º de julho de 2009.

3.4 Conversibilidade. As Debêntures da 2ª Série serão conversíveis em ações ordinárias representativas do capital social da Emissora nas mesmas condições estipuladas no item 4.1.9 da Escritura.

3.5 Espécie e Forma. As Debêntures da 2ª Série serão (i) da espécie subordinada, não contando com garantia, nem preferência; e (ii) da forma nominativa escritural, sendo o Banco Itaú S.A. o responsável pela escrituração.

3.6 Remuneração. A partir de 15 de junho de 2002, exclusive, as Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração descrita neste item (a “Remuneração da 2ª Série”). A Emissora pagará a Remuneração da 2ª Série anualmente, sempre no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2003, até 1º de julho de 2009, inclusive (cada uma dessas datas, a “Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série”). A Remuneração a ser paga em 1º de julho de 2003 será calculada *pro rata temporis* a partir de 15 de junho de 2002, exclusive.

(a) Atualização.

(i) As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir de 15 de junho de 2002, exclusive, pela variação do IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}}$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série atualizado;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, no caso do vencimento do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série na data de vencimento de cada Período de Capitalização, no caso dos demais Períodos de Capitalização da 2ª Série;

NI₀ = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da Debênture da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização. Considera-se como mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da Debênture da 2ª Série;

NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base.

(ii) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, conforme a fórmula a seguir:

$$\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$$

(iii) O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

(iv) A aplicação do IGP-M incidirá anualmente. As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento integral da atualização nas mesmas datas em que forem pagos os Juros, ou seja, nas Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série.

(v) No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 2ª Série do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de atualização das Debêntures da 2ª Série a ser proposto pela Emissora.

(vi) Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a atualização a que as Debêntures da 2ª Série farão jus no período compreendido entre a data da última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série apurada e a data da aludida Assembléia.

(vii) Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da 2ª Série não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do número-índice que seria aplicável. Se a não divulgação do número-índice for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de atualização das Debêntures da 2ª Série.

(viii) Em qualquer hipótese mencionada neste item, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures da 2ª Série em circulação e a Emissora, as Debêntures da 2ª Série deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado acrescido da Remuneração da 2ª Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* por dias úteis, a partir de 15 de junho de 2002 ou da última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso. Para cálculo da atualização aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizado o último número-índice disponível. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

(b) Juros Remuneratórios. As Debêntures da 2ª Série farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis nas Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série.

(i) Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão prefixados à taxa de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano (ou 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento) ao ano, no caso do primeiro Período de Capitalização (abaixo definido)), incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde 15 de junho de 2002, ou Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização da 2ª Série, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left(1 + \frac{b}{252} \right)^{\frac{n}{252}} - 1$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série;

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série;

b = 12,25% ao ano (ou 14,62% ao ano, no caso do primeiro Período de Capitalização, conforme abaixo);

n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização da 2ª Série.

Define-se “Período de Capitalização da 2ª Série” como o período anual de Remuneração da 2ª Série. Não obstante, o primeiro Período de Capitalização da 2ª Série iniciar-se-á excepcionalmente em 15 de junho de 2002 e terminará na primeira Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, ou seja, em 1º de julho de 2003 e a taxa de juros aplicada a tal período será de 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento) ao ano. Os demais Períodos de Capitalização da 2ª Série iniciar-se-ão na última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série ocorrida e terminarão na Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série subsequente, sucessivamente sem solução de continuidade, e estarão sujeitos à taxa de juros de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano.

(c) A Remuneração devida aos Debenturistas da 2ª Série será líquida de todos os tributos incidentes sobre a operação, incluindo, mas sem limitação, quaisquer deduções ou retenções decorrentes de obrigações tributárias (*gross up*). Caso o pagamento de referidos tributos, pela Emissora ou pelos Debenturistas da 2ª Série, seja necessário, as quantias a serem pagas pela Emissora deverão ser acrescidas das quantias necessárias para que a quantia líquida recebida pelos Debenturistas da 2ª Série, após o pagamento dos tributos devidos, seja equivalente às quantias originalmente devidas, caso não existissem tais obrigações tributárias. Para fazer jus a este benefício, cada Debenturista da 2ª Série obriga-se a enviar à Emissora e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) e máxima de 15 (quinze) dias úteis da respectiva Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, certificado assinado por seus representantes legais informando acerca dos tributos incidentes sobre a Remuneração a ser paga ao Debenturista. Caso o Debenturista não apresente esse certificado no prazo aqui estabelecido, a Emissora somente ficará obrigada a cumprir este dispositivo após 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do respectivo certificado, aplicando-se, ainda, o disposto no item 4.6.5 da Escritura desde a respectiva Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série. O pagamento desses montantes adicionais será feito através do Banco Mandatário;

3.7 Condições de Pagamento do Principal. O valor do principal das Debêntures da 2ª Série será pago em 4 (quatro) parcelas anuais iguais, sendo a primeira paga em 1º de julho de 2006 e as parcelas subsequentes no dia 1º de julho dos anos subsequentes, até 1º de julho de 2009, inclusive. Aplica-se ao pagamento do principal das Debêntures da 2ª série o disposto nos itens 4.6.2 a 4.6.6 da Escritura.

3.8 Repactuação. Não haverá repactuação da Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

CLÁUSULA IV. ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS DA ESCRITURA

Em virtude do disposto nas Cláusulas II e III acima, a Emissora e o Agente Fiduciário, este instruído pela totalidade dos Debenturistas nesta data, resolvem alterar as seguintes cláusulas da Escritura:

4. Em virtude das alterações processadas por meio do presente Terceiro Aditivo, a Escritura passará a ter a seguinte denominação: *“Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Subordinada, da NovaMarlim Petróleo S.A.”*

4.2 O item 1.1 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

“1.1. A presente Escritura é firmada com base em deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da Emissora realizadas em 17 de setembro e 16 de novembro de 2001 e em 01 de outubro de 2002.”

4.3 O item 2.1.1 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

“2.1.1. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária. As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias, de 17 de setembro de 2001, de 16 de novembro de 2001 e de 01 de outubro de 2002, que deliberaram sobre a Emissão, foram arquivadas, as duas primeiras, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 2 de outubro de 2001, sob o nº 200.788/01-2, em 29 de novembro de 2001, sob o nº 239.211/01-7, respectivamente, e a última, em virtude da mudança de sede da Emissora, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de outubro de 2002, sob o nº 00001276689, e foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Jornal da Tarde e na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil em 22 de novembro de 2001, em 06 de dezembro de 2001 e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio em 17 de janeiro de 2003, respectivamente”.

- 4.4 O item 4.1.2 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.2. O valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série"). O valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em 15 de junho de 2002 (data de emissão das Debêntures da 2ª Série para todos os fins e efeitos) (o "Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série")."

- 4.5 O item 4.1.3 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.3 Número de Séries. A Emissão é dividida em duas séries. A segunda série foi criada através do Terceiro Aditivo à presente Escritura, celebrado em 17 de janeiro de 2003, com a conversão de 689 (seiscentas e oitenta e nove) Debêntures até então pertencentes à série única."

- 4.6 O item 4.1.4 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.4 Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 2.353 (duas mil, quinhentas e cinquenta e três) Debêntures, sendo 1.664 (mil, seiscentas e sessenta e quatro) Debêntures da 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e 689 (seiscentas e oitenta e nove) Debêntures da 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures")."

- 4.7 O item 4.1.5 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.5. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures da 1ª Série é o dia 30 de novembro de 2001 (a "Data de Emissão"). A data de emissão das Debêntures da 2ª Série é o dia 15 de junho de 2002."

- 4.8 O item 4.1.6 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.6 Prazo de Vencimento.

(a) O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 90 (noventa) meses a contar do dia 15 de dezembro de 2001, ou seja, dia 15 de junho de 2009.

(b) O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 84 (oitenta e quatro) meses a contar de 1º de julho de 2002, ou seja, 1º de julho de 2009."

4.9 O item 4.2 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação.

4.2.1 Remuneração das Debêntures da Primeira Série. A partir da Data de Subscrição, as Debêntures da 1ª Série farão jus à remuneração composta de (i) juros e (ii) um prêmio variável na forma do item 4.2.1.1 abaixo (a "Remuneração da 1ª Série"). A Emissora pagará a Remuneração da 1ª Série semestralmente, sempre nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, até 15 de junho de 2009 (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série"). A Remuneração da 1ª Série a ser paga em relação ao 1º (primeiro) semestre, em 15 de junho de 2002, será calculada pro-rata temporis a partir de 21 de dezembro de 2001 (a "Data da Subscrição da 1ª Série").

4.2.1.1 Forma de Cálculo. A Remuneração da 1ª Série será calculada a partir da Data de Subscrição da 1ª Série.

(a) Remuneração da 1ª Série será composta de:

(i) Juros, calculados de acordo com a Taxa ANBID (conforme definida no item 4.2.1.2 abaixo), capitalizada proporcionalmente pelos respectivos sub-períodos de vigência da mesma; e

(b) Para fins de cálculo do prêmio mencionado no item 4.2.1.1(a)(ii), o Conselho de Administração da Emissora deverá comparar sempre nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano e até 15 de junho de 2009 (i) o preço estimado do Brent naquela data para o período em referência (o "Preço Estimado do Brent") e (ii) a média diária dos preços do Brent praticados no mês imediatamente anterior ao mês da data do cálculo (o "Preço Efetivo do Brent"). A Remuneração da 1ª Série a ser paga em relação ao 1º (primeiro) período será calculada pro rata temporis a partir da Data de Subscrição da 1ª Série

(i)
p
p

Período (semestres)	<i>Variação Negativa de, no mínimo, 18%</i>	<i>Preços Estimados do Brent (U.S.\$/bbl)</i>	<i>Variação Positiva de 18%</i>	<i>Variação Positiva de, no mínimo, 36%</i>
	<i>Taxa ANBID + 0%</i>	<i>Taxa ANBID + 1,5%</i>	<i>Taxa ANBID + 3,5%</i>	<i>Taxa ANBID + 5%</i>
Dez/2000	15,56	18,98	22,40	25,81
Jun/2002	15,82	19,29	22,77	26,24
Dez/2002	16,08	19,61	23,14	26,67
Jun/2003	16,33	19,92	23,51	27,09
Dez/2003	16,59	20,23	23,88	27,52
Jun/2004	16,54	20,17	23,80	27,43
Dez/2004	16,48	20,10	23,72	27,34
Jun/2005	16,43	20,03	23,64	27,25
Dez/2005	16,37	19,97	23,56	27,15
Jun/2006	16,32	19,90	23,48	27,06
Dez/2006	16,26	19,83	23,40	26,97
Jun/2007	16,21	19,77	23,32	26,88
Dez/2007	16,15	19,70	23,25	26,79
Jun/2008	16,10	19,63	23,17	26,70
Dez/2008	16,04	19,57	23,09	26,61
Jun/2009	15,99	19,50	23,01	26,52

(i) Após a determinação das variações percentuais do Preço Estimado do Brent para os respectivos períodos conforme o item 4.2.1.1(b)(i), o cálculo da parcela do prêmio da Remuneração da 1ª Série deverá ter como referência os 4 (quatro) níveis descritos abaixo, sendo que, em qualquer hipótese, a Remuneração da 1ª Série não poderá ser inferior à taxa de juros, i.e., à Taxa ANBID. O prêmio não poderá, em hipótese alguma, exceder a 5% (cinco por cento) ao ano. A Remuneração da 1ª Série será a seguinte:

(A) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for, no mínimo, 18% (dezoito por cento) inferior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração da 1ª Série deverá ser a Taxa ANBID, com prêmio de 0% (zero por cento);

(B) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for equivalente ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração da 1ª Série deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano;

(C) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for 18% (dezoito por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração da 1ª Série deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano; e

(D) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for, no mínimo, 36% (trinta e seis por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração da 1ª Série deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 5% (cinco por cento) ao ano.

(c) Se a diferença entre o Preço Efetivo do Brent e o Preço Estimado do Brent não corresponder aos preços exatos determinados para os respectivos períodos de acordo com o item 4.2.1.1(b)(i), o cálculo do prêmio que compõe a Remuneração da 1ª Série deverá utilizar uma interpolação linear simples.

4.2.1.2 Taxa ANBID. Para fins desta Cláusula, a taxa ANBID ("Taxa ANBID") significa a taxa de juros divulgada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento – ANBID, publicada diariamente na Resenha da ANDIMA, para depósito bancário a prazo, do tipo mais negociado e de maior volume (pré ou pós-fixado) apresentado durante o Período de Capitalização da 1ª Série, conforme definido adiante, capitalizada pelos respectivos sub-períodos de capitalização, conforme definido abaixo:

(a) o "Período de Capitalização da 1ª Série" é o período semestral de Remuneração da 1ª Série. Não obstante, o primeiro Período de Capitalização da 1ª Série iniciar-se-á excepcionalmente na Data da Subscrição da 1ª Série e terminará na primeira Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série, ou seja, em 15 de junho de 2002. Os demais Períodos de Capitalização iniciar-se-ão na última Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série ocorrida e terminarão na Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série subsequente, sucessivamente sem solução de continuidade.

(b) o "sub-período de capitalização" é o período de vigência de cada uma das Taxas ANBID (pelo prazo do respectivo depósito a prazo em que a mesma se embasou). O primeiro sub-período de capitalização inicia-se na data de início do primeiro período de capitalização e termina ao final da data de vigência da Taxa ANBID. Os demais sub-períodos de capitalização iniciam-se na data de vencimento do sub-período de capitalização anterior e terminam na data de vigência da Taxa ANBID do mesmo ou no término do período de capitalização, o que for anterior, cada sub-período de capitalização sucedendo ao anterior, sem solução de continuidade.

(c) a cada início de um novo período de capitalização, iniciar-se-á um novo sub-período de capitalização. Caso a data de encerramento do período de capitalização não seja coincidente com a data de encerramento do sub-período de capitalização, a Taxa ANBID do último sub-período de capitalização será calculada pro rata temporis por Dias Úteis até a data do encerramento do respectivo período de capitalização.

4.2.1.3 Taxa Substituta. Na hipótese da Taxa ANBID aplicável deixar de ser divulgada, será utilizada a última Taxa ANBID divulgada dentro do período de até 30 (trinta) dias corridos que anteceder a data do primeiro dia útil do respectivo sub-período. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa ANBID, ou no caso de sua extinção, ou ainda se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, esta não mais puder ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série, deverá ser utilizada como taxa substituta (a "Taxa Substituta"), na mesma data da extinção da Taxa ANBID ou do impedimento de sua utilização, a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pós ou pré-fixados, obtida pelo Conselho de Administração da Emissora, para lotes de valor equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais), que será mensalmente atualizado a partir da data de capitalização, junto ao Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco do Brasil S.A., Banco ABN AMRO Real S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. O prazo do último sub-período de cada período de apuração de prêmio será ajustado de tal forma que o seu vencimento coincida com a data de início do novo período de apuração de prêmio. Caso a Taxa Substituta também não possa ser aplicada, será convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da última divulgação para deliberar a escolha de outra taxa substituta.

(a) para todos os efeitos deste item 4.2.3, será considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta dias) dias, sendo que caso a Taxa ANBID ou a Taxa Substituta tenha como referência prazo diverso, deverá a mesma ser ajustada para refletir a base de 360 (trezentos e sessenta dias) dias; e

(b) a apuração dos montantes das obrigações que deverão ser liquidadas em datas intermediárias, que não coincidam com o último dia do período de vigência de cada Taxa ANBID, será calculada exponencialmente pro rata temporis, considerando-se o número de dias úteis transcorridos desde a data do início do período de vigência da Taxa ANBID considerada e a Data do Pagamento da Remuneração da 1ª Série, em relação ao número de dias úteis do período de vigência da Taxa ANBID em curso.

4.2.2 Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A partir de 15 de junho de 2002, inclusive, as Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração descrita neste item 4.2.2 (a "Remuneração da 2ª Série"). A Emissora pagará a Remuneração da 2ª Série anualmente, sempre no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2003, até 1º de julho de 2009, inclusive (cada uma dessas datas, a "Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série"). A Remuneração a ser paga em 1º de julho de 2003 será calculada pro rata temporis a partir de 15 de junho de 2002, exclusive.

(a) Atualização.

(i) As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir de 15 de junho de 2002, exclusive, pela variação do IGP-M – Índice Geral de Preços – Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), calculada de forma pro rata temporis por dias úteis, se necessário. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}}$$

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série atualizado;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, no caso do vencimento do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série na data de vencimento de cada Período de Capitalização, no caso dos demais Períodos de Capitalização da 2ª Série;

NI_0 = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI_1 = valor do número-índice do mês de início de atualização;

valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da Debênture da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização. Considera-se como mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da Debênture da 2ª Série;

= valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base.

(ii) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última ~~variação~~ disponível do índice de preços em questão, conforme a fórmula a seguir:

$$\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$$

(iii) O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

(iv) A aplicação do IGP-M incidirá anualmente. As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento integral da atualização nas mesmas datas em que forem pagos os Juros, ou seja, nas Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série.

(v) No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 2ª Série do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de atualização das Debêntures da 2ª Série a ser proposto pela Emissora.

(vi) Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a atualização a que as Debêntures da 2ª Série farão jus no período compreendido entre a data da última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série apurada e a data da aludida Assembléia.

(vii) Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da 2ª Série não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número-índice divulgado, calculado pro rata temporis por dias úteis, se necessário, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do número-índice que seria aplicável. Se a não divulgação do número-índice for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de atualização das Debêntures da 2ª Série.

(viii) Em qualquer hipótese mencionada neste item, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures da 2ª Série em circulação e a Emissora, as Debêntures da 2ª Série deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado acrescido da Remuneração da 2ª Série devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis por dias úteis, a partir de 15 de junho de 2002 ou da última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso. Para cálculo da atualização aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será

utilizado o último número-índice disponível. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

(b) Juros Remuneratórios. As Debêntures da 2ª Série farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis nas Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série.

(i) Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão pré-fixados à taxa de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano (ou 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento) ao ano, no caso do primeiro Período de Capitalização (abaixo definido)), incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde 15 de junho de 2002, ou Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização da 2ª Série, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left(1 + \frac{b}{252} \right)^{\frac{n}{252}} - 1$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série;

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série;

b = 12,25% ao ano (ou 14,62% ao ano, no caso do primeiro Período de Capitalização, conforme abaixo);

n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização da 2ª Série.

Define-se "Período de Capitalização da 2ª Série" como o período anual de Remuneração da 2ª Série. Não obstante, o primeiro Período de Capitalização da 2ª Série iniciar-se-á excepcionalmente em 15 de junho de 2002 e terminará na primeira Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, ou seja, em 1º de julho de 2003 e a taxa de juros aplicada a tal período será de 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento) ao ano. Os demais Períodos de Capitalização da 2ª Série iniciar-se-ão na última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série ocorrida e terminarão na Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série subsequente, sucessivamente sem solução de continuidade, e estarão sujeitos à taxa de juros de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano.

(c) *A Remuneração devida aos Debenturistas da 2ª Série será líquida de todos os tributos incidentes sobre a operação, incluindo, mas sem limitação, quaisquer deduções ou retenções decorrentes de obrigações tributárias (gross up). Caso o pagamento de referidos tributos, pela Emissora ou pelos Debenturistas da 2ª Série, seja necessário, as quantias a serem pagas pela Emissora deverão ser acrescidas das quantias necessárias para que a quantia líquida recebida pelos Debenturistas da 2ª Série, após o pagamento dos tributos devidos, seja equivalente às quantias originalmente devidas, caso não existissem tais obrigações tributárias. Para fazer jus a este benefício, cada Debenturista da 2ª Série obriga-se a enviar à Emissora e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) e máxima de 15 (quinze) dias úteis da respectiva Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, certificado assinado por seus representantes legais informando acerca dos tributos incidentes sobre a Remuneração a ser paga ao Debenturista. Caso o Debenturista não apresente esse certificado no prazo aqui estabelecido, a Emissora somente ficará obrigada a cumprir este dispositivo após 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do respectivo certificado, aplicando-se, ainda, o disposto no item 4.6.5 desde a respectiva Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série. O pagamento desses montantes adicionais será feito através do Banco Mandatário;"*

4.10 O item 4.6.1 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.6.1 Pagamento do Principal.

(a) *O valor do principal das Debêntures da 1ª série será pago em 15 (quinze) parcelas iguais, sendo a primeira paga em 15 de junho de 2002 (observando-se já nessa data a exclusão deste pagamento em relação às Debêntures da 2ª Série), e as parcelas subseqüentes a cada 6 (seis) meses contados da data de pagamento da parcela anterior. O primeiro pagamento do principal será calculado pro rata temporis desde a Data de Subscrição até a Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série.*

(b) *O valor do principal das Debêntures da 2ª Série será pago em 4 (quatro) parcelas anuais iguais, sendo a primeira paga em 1º de julho de 2006 e as parcelas subseqüentes no dia 1º de julho dos anos subseqüentes, até 1º de julho de 2009, inclusive."*

4.1 O item 7.2(a) da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

"(a) em cada Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série, os memoriais de cálculo do Preço Efetivo do Brent utilizado para o pagamento da Remuneração da 1ª Série em tal data;"

4.12 Em face das alterações acima, resolvem as partes consolidar a Escritura, que passa a vigorar com a redação constante do Apêndice I ao presente Terceiro Aditivo.



CLÁUSULA V. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Ausência de Outra Alteração. Exceto conforme alterado por este Terceiro Aditivo, todos os termos e disposições da Escritura (conforme aditada em 13 de dezembro de 2001 e em 14 de janeiro de 2002) permanecem em pleno vigor e efeito, sendo neste ato ratificados.

5.2 Registro deste Terceiro Aditivo. O presente Terceiro Aditivo será averbado junto à Escritura no competente Registro Geral de Imóveis do local em que se encontra a sede da Emissora. Cópia deste Terceiro Aditivo, devidamente registrado, será enviado à CVM.


5.3 Distribuição Pública Secundária das Debêntures. As partes reconhecem que a distribuição pública secundária das Debêntures deverá observar a legislação aplicável ao mercado de capitais, especialmente quando, nos termos do regulamento administrativo aplicável, penderem de registro na CVM.

5.4 Foro. Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Terceiro Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

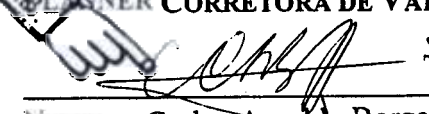
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2003

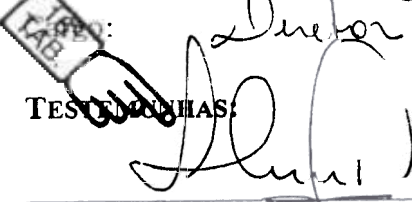
NOVAMAR CORP PETRÓLEO S.A.



Nome: Luiz Fontoura de O. Reis Filho
Cargo: Diretor

LANNER CORRETORA DE VALORES S.A.


Nome: Carlos Arnaldo Borges de Souza
Cargo: Diretor

TESTEMUNHAS:


Nome: Lucineia Cunha
RG: 19.102.949-5


Nome: Mailson Valnes Hykavei
Cargo: Diretor


Nome: Artur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor

Nome:
RG: